



Francisco Figueiredo



Maria do Carmo

Estatização do transporte

A estatização do sistema de transporte coletivo de Brasília e implantação imediata do metrô de superfície são as principais bandeiras da campanha do cearense, Francisco Gomes de Figueiredo, 33 anos, na disputa por uma das 24 cadeiras da Câmara Legislativa pelo PDT. Líder de associações comunitárias e sindicais, afirma que estas questões são "primordiais" para a melhora da qualidade de vida do trabalhador, dada a característica do projeto arquitetônico da cidade que colocou os setores habitacionais longe dos locais de trabalho das pessoas.

"O deslocamento casa-trabalho e vice-versa toma hoje um tempo considerável da vida do brasiliense, além das tarifas lhe arrancarem grande parte do salário. Situação que transforma o cotidiano numa brigada motorizada, inviabilizando também as saídas para lazer das classes menos favorecidas", disse. Uma das causas deste contexto, afirma, está no fato de que empresas privadas, através de concessão governamental, "querem tirar desta atividade social um lucro absurdo".

Com a estatização, explica, o lucro viria para segundo plano e transporte "passaria a cumprir seu papel essencial na vida do trabalhador, cobrando tarifas mais brandas". Para isto, acrescenta, seria importante a implantação imediata do metrô de superfície, para diminuir o tempo que separa as pessoas dos locais a que querem chegar.

Para que o sistema de transporte cumprisse, realmente, sua função social, ele propõe a criação de um conselho fiscalizador.

Solução nova para educação

A participação da iniciativa privada na solução dos problemas educacionais de Brasília é a principal proposta da candidata do Partido Liberal à Câmara Legislativa, Maria do Carmo Gonzaga, 27 anos. Inconformada com a atual situação da qualidade de ensino das escolas da rede pública, com a atual infraestrutura do setor e com a falta de mercado de trabalho para os jovens carentes que cursam o primeiro e segundo graus, sua intenção é implantar no DF, se eleita a deputada distrital, o projeto "Escola Adolescent", onde estudantes com idade entre 10 a 18 anos, teriam a oportunidade de realizar cursos profissionalizantes, apadrinhados por empresários.

Na sua opinião, a idéia "não é utópica". Isto porque, afirma, as contribuições e doações dadas às escolas — para a implantação dos cursos e sustento escolar dos alunos — seriam dedutíveis do Imposto de Renda. Além disto, ressaltou, o empresário estaria, ao mesmo tempo, formando uma mão-de-obra categorizada para usar em sua firma. "Seria um investimento no quadro de pessoal da empresa e também uma contribuição para a diminuição da marginalidade de adolescentes".

"Hoje o que acontece", assinalou, "é que o estudante vai para a escola, geralmente, pela manhã e à tarde se entrega ao ócio — caminho aberto para a marginalidade". Com o seu projeto, assegura, o aluno passaria o dia inteiro no colégio, recebendo pela manhã ensinos das matérias regulares do currículo e à tarde de informações sobre uma profissão.